

POLÍTICAS DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES: EXPERIÊNCIAS E DESAFIOS DO PIBID E DA RESIDÊNCIA PEDAGÓGICA NAS PRÁTICAS EDUCATIVAS

Teachers formation policies: Experiences and challenges of PIBID and
Residência Pedagógica in the educational practices

Olga Maria Schimidt Ritter¹
Rosana Franzen Leite²

RESUMO: Este artigo aborda as principais discussões que ocorreram em um Grupo de Trabalho destinado a tratar do PIBID e da Residência Pedagógica, políticas públicas propostas pelo governo federal. O grupo de trabalho foi composto por professores que experimentaram o PIBID na UNIOESTE nos últimos anos. Na discussão, destacaram-se alguns pontos dos editais da CAPES 06/2018 e 07/2018 relacionados ao PIBID e à Residência Pedagógica, em especial informações confusas que geraram dúvidas ou mal-entendidos. Os debates do grupo de trabalho proporcionaram discussões muito interessantes, apesar disso, não pudemos concluir nossas ideias e solucionar nossas dúvidas sobre o cenário atual das políticas públicas de educação.

PALAVRAS-CHAVE: Ensino médio. Ensino. Formação de professores.

ABSTRACT: This paper approaches the main discussions that took place in a Work Group meant to deal with PIBID and Residência Pedagógica, public policies proposed by the federal government. The working group was composed by teachers who experienced PIBID in UNIOESTE for the last years. In the discussion, were highlighted some points of the CAPES's notices 06/2018 and 07/2018 related to the PIBID and Residência Pedagógica, in particular confusing informations that generated doubts or misunderstandings. The workgroup debates provided very interesting discussions, despite of this, we could not conclude our ideas and solve our doubts about the current scenario of public education policies.

KEYWORDS: High school. Teaching. Teacher training.

¹ Doutora em Química pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (2005). É professora associada na área de Química Orgânica da Universidade Estadual do Oeste do Paraná. Atualmente está atuando na área de Educação em Química, Tutora do Grupo PETq - Unioeste - Campus de Toledo. É líder do grupo de pesquisa GEPIEC - Grupo de Estudos, Pesquisa e Investigação em Ensino de Ciências. E-mail: olga.unioeste@gmail.com

² Doutora em Educação para a Ciência e a Matemática pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná (2015). Atualmente é professora adjunta da Universidade Estadual do Oeste do Paraná, *campus* de Toledo. Tem experiência na área de Educação, com ênfase em Ensino de Química, atuando principalmente nos seguintes temas: educação ambiental, meio ambiente, alfabetização científica, formação inicial e continuada de professores de química do ensino médio. E-mail: rosanafranzenleite@gmail.com

1 INTRODUÇÃO

Neste texto relatamos os principais pontos de discussão de um dos Grupos de Trabalho do NUFOPE, IX – Fórum das Licenciaturas³, cujo tema versava sobre “Práticas Educativas e de Ensino: Reflexões sobre os avanços e desafios da formação docente”. Neste grupo de trabalho, intitulado “As (novas) políticas de formação de professores para as licenciaturas: experiências e desafios do PIBID e do Residência Pedagógica nas práticas educativas e de ensino”, discutiu-se principalmente sobre como os novos editais, com base nas atuais políticas de governo, acabam por descaracterizar a ideias iniciais desenvolvidas em nossa universidade, e conseqüentemente, influenciar de forma negativa a formação de professores.

Nossa intenção aqui não é desconstruir uma proposta de governo, aliada uma política muito bem articulada, diga-se de passagem, ou de uma crítica vã, mas problematizar alguns pontos que merecem reflexão, uma vez que no âmbito da universidade, neste “chão de escola” que vivenciamos, a percepção das mudanças impostas é diferente, e talvez, para nós, estas mudanças sejam mais contundentes.

Diante disso, propomos neste texto, apresentar um breve histórico do projeto PIBID em nossa universidade, em uma primeira parte, e na sequência, alguns dos apontamentos destacados pelos participantes do GT.

2 DISCUSSÃO TEÓRICA

PIBID NA UNIOESTE: UM POUCO DE HISTÓRIA

O PIBID Unioeste⁴ iniciou suas atividades no ano de 2009, com o título “Vivenciando a escola: incentivo à prática docente”, integrado pelos cursos de Licenciatura: Filosofia, Ciências Sociais, Matemática, Ciências Biológicas, Pedagogia e Letras/Espanhol, constituindo seis subprojetos vinculados. Os 90 estudantes bolsistas atuavam em onze escolas parceiras, nos municípios de Cascavel e Toledo, contanto ainda com a participação de treze professores supervisores. Tratava-se de dois projetos institucionais, um referente ao edital 02/2009 e outro ao edital 01/2011.

³ O IX – Fórum das Licenciaturas foi realizado nos dias 14 e 15 de junho de 2018, na Unioeste, no campus de Marechal Cândido Rondon.

⁴ Todas as informações estão disponível no sitio oficial do programa PIBID – Unioeste: <https://www5.unioeste.br/portal/pibid/inicio>

No ano de 2014 inicia-se um novo projeto institucional (edital 61/2013), composto por vinte cursos de licenciatura, abrangendo os cinco campi da Unioeste, sendo eles: Filosofia, Ciências Sociais e Química, no câmpus de Toledo; Matemática, Ciências Biológicas, Pedagogia, Letras/Espanhol, Letras/Língua Portuguesa, Letras/Inglês e Enfermagem, no câmpus de Cascavel; Geografia, História, Educação Física, Letras/Língua Portuguesa e Letras/Inglês, no câmpus de Marechal Cândido Rondon, Matemática, Pedagogia e Letras/Inglês no câmpus de Foz do Iguaçu e Geografia e Pedagogia no câmpus de Francisco Beltrão.

Em números havia um total 342 acadêmicos bolsistas, 57 professores supervisores e 30 coordenadores de área (docentes da Unioeste).

PIBID E RESIDÊNCIA PEDAGÓGICA: O QUE ESPERAR PARA O FUTURO?

Iniciamos esta segunda parte, apresentando os editais a que nos referimos, sendo eles: edital Capes nº 06/2018, que trata do Programa de Residência Pedagógica, e edital Capes nº 07/2018, que trata do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência – PIBID. No quadro 01, apresentamos o objeto e as definições de cada edital.

Quadro 1 – Pontos relevantes dos editais da Capes nº 06/2018, que trata do Programa de Residência Pedagógica, e edital Capes nº 07/2018.

Edital 06/2018	Edital 07/2018
<p>1. DO OBJETO 1.1 O objeto do presente edital é selecionar, no âmbito do Programa de Residência Pedagógica, Instituições de Ensino Superior (IES) para implementação de projetos inovadores que estimulem articulação entre teoria e prática nos cursos de licenciatura, conduzidos em parceria com as redes públicas de educação básica.</p>	<p>DA FINALIDADE DO EDITAL 1.1. Selecionar instituições de ensino superior (IES) para desenvolverem projetos de iniciação à docência nos cursos de licenciatura em regime de colaboração com as redes de ensino, no âmbito do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (Pibid). 1.1.1.O público-alvo do Pibid são discentes que estejam na primeira metade de curso de licenciatura ofertado por IES pública ou privada sem fins lucrativos, na modalidade presencial ou no âmbito do Sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB).</p>
<p>2. DO PROGRAMA RESIDÊNCIA PEDAGÓGICA 2.1 O Programa de Residência Pedagógica visa: I. Aperfeiçoar a formação dos discentes de cursos de licenciatura, por meio do desenvolvimento de projetos que fortaleçam o campo da prática e conduzam o licenciando a exercitar de forma ativa a relação entre teoria e prática profissional docente, utilizando coleta de</p>	<p>Dos objetivos 2.2. São objetivos do Pibid: I. incentivar a formação de docentes em nível superior para a educação básica; II. contribuir para a valorização do magistério; III. elevar a qualidade da formação inicial de professores nos cursos de licenciatura, promovendo a integração entre educação superior e educação básica;</p>

<p>dados e diagnóstico sobre o ensino e a aprendizagem escolar, entre outras didáticas e metodologias;</p> <p>II. Induzir a reformulação do estágio supervisionado nos cursos de licenciatura, tendo por base a experiência da residência pedagógica; III. Fortalecer, ampliar e consolidar a relação entre a IES e a escola, promovendo sinergia entre a entidade que forma e a que recebe o egresso da licenciatura e estimulando o protagonismo das redes de ensino na formação de professores.</p> <p>IV. Promover a adequação dos currículos e propostas pedagógicas dos cursos de formação inicial de professores da educação básica às orientações da Base Nacional Comum Curricular (BNCC).</p>	<p>IV. inserir os licenciandos no cotidiano de escolas da rede pública de educação, proporcionando-lhes oportunidades de criação e participação em experiências metodológicas, tecnológicas e práticas docentes de caráter inovador e interdisciplinar que busquem a superação de problemas identificados no processo de ensino-aprendizagem;</p> <p>V. incentivar escolas públicas de educação básica, mobilizando seus professores como co-formadores dos futuros docentes e tornando-as protagonistas nos processos de formação inicial para o magistério; e</p> <p>VI. contribuir para a articulação entre teoria e prática necessárias à formação dos docentes, elevando a qualidade das ações acadêmicas nos cursos de licenciatura.</p>
---	--

Entretanto, ao analisarmos com maior refino estes e outros pontos dos referidos editais, é possível perceber que há vários elementos que não condizem com a realidade vivenciada na universidade.

Elencamos alguns dos assuntos mais relevantes discutidos:

- a) Seleção de bolsistas (acadêmicos e professores) e escolas: discutiu-se inicialmente sobre a divisão entre as séries do curso, sendo para o PIBID, permite-se apenas estudantes de 1º e 2º ano, para o Programa de Residência Pedagógica, permite-se somente estudantes de 3º e 4º anos. Neste ponto vários questionamentos foram levantados, bem como algumas considerações: para vários cursos de graduação, o número de estudantes de anos finais está aquém do que fora estabelecido em edital, o que exclui o curso de participar. Obviamente há possibilidade de projetos conjuntos, mas sabemos que a identidade formativa acaba comprometida. Outro destaque feito diz respeito às escolas, cujos critérios de seleção, não refletem as necessidades tanto das escolas, quanto da universidade envolvida e sua proposta de trabalho.
- b) Os editais, estruturados em torno da BNCC, ferem a autonomia da universidade, principalmente no que tange à lista de licenciaturas atendidas pelo edital. Como exemplo, citamos o curso de Enfermagem, habilitação Licenciatura e Bacharelado, que anteriormente participou efetivamente do PIBID, alcançando grandes resultados de melhoria na formação de profissionais da saúde habilitados para o exercício do magistério (formação de técnicos). E que como a enfermagem não é uma das áreas da BNCC, ela não foi contemplada nos referidos editais.

c) Há também, grande preocupação com a relação futura entre o programa Residência Pedagógica e os Estágios Supervisionados dos cursos de Licenciatura. Segundo as diretrizes curriculares e a legislação específica, os estudantes devem cumprir em seu curso de graduação, 400 horas de estágio supervisionado, em se tratando de um estudante de 4º ano do curso, e também residente, haverá convalidação? Substituição? Sendo positivas estas respostas, haverá um imenso problema com relação à lei, e ainda, com relação à estrutura dos cursos de graduação e mesmo da universidade. É necessário lembrar aqui, a grande luta pela valorização do estágio supervisionado não apenas na universidade e no âmbito dos cursos, mas da legislação e das características da formação docente, garantido profissionalismo à formação de professores.

d) Necessidade de compreensão geral do contexto de mudanças: cabe à universidade e todos os demais envolvidos na área de Educação perceber que há um projeto maior de reestruturação da educação por meio de ações pontuais, políticas educacionais, tais como, a reestruturação do Enem, a implantação da BNCC, o novo formato do PIBID, o novo programa de formação de professores Programa Residência e ainda, as alterações do ainda projeto de Ensino Médio Inovador, agora ProEMI.

Diante desses principais pontos discutidos, muitas questões foram levantadas, e muitas dúvidas foram desencadeadas. Cada participante possuía uma ideia diferente tanto do entendimento das propostas, como das consequências quando da implantação delas. O agravante é que não obtivemos avanços na discussão, no sentido de sanar dúvidas, mas sim, um avanço no sentido de atentar para as propostas e suas reais intenções.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao final de nosso texto, com o anseio de termos alcançado o propósito inicial, expressamos as principais indagações que o grupo de discussão elencou:

- 1) Quanto à contrapartida da universidade na participação dos programas: é necessário que fique clara qual a forma de contrapartida, uma vez que o ensino superior público se encontra cada vez mais em situação preocupante quanto à estrutura e orçamento.

- 2) Quanto à participação nos programas, é fundamental que os estudantes de cursos de licenciatura não venham a substituir os professores em sala de aula, uma vez que esta profissão é tão desvalorizada e deve ser mantida como foco de melhorias, e não de mão de obra de trabalho.
- 3) Quanto ao estágio supervisionado: é necessário que universidades e órgãos de estado e fomento tenham claro quais são as atribuições de cada um, não ferindo a legislação e os direitos dos estudantes e dos professores universitários.

Sendo assim, finalizamos o texto, mas sem concluir nossas reflexões e inquietações diante do atual cenário. É importante que o leitor fique ciente das questões levantadas, e principalmente, do inconcluso processo de “adaptação” diante delas, uma vez que há um constante retorno e busca por melhorias no complexo processo de ensino, situado em um enorme projeto de educação.

4 REFERÊNCIAS

Não foram citadas referências externas neste trabalho.

Data de Recebimento: 24/06/2018 Data de Aprovação: 18/07/2018
--